



Nas entrelinhas

por Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.dfg@dabr.com.br — interino



Contradições amazônicas

Esta semana, o presidente Jair Bolsonaro enviou uma carta ao colega dos Estados Unidos, Joe Biden, com a intenção de mostrar que, finalmente, o governo brasileiro pretende executar uma política ambiental digna de nome. No documento, Brasília se compromete a cumprir duas metas: eliminar o desmatamento ilegal até 2030 e alcançar a neutralidade climática até 2060, com possibilidade de antecipação para 2050. Trata-se de uma necessária correção de rumo após a ascensão do democrata à presidência dos Estados Unidos, país de importância fulcral para os rumos da agenda ambiental no mundo, e a vexatória gestão de Ernesto Araújo à frente do Itamaraty. No esforço de aproximação com a nova administração na Casa Branca, Bolsonaro espera estabelecer melhores bases de diálogo com a comunidade internacional. Não foi por acaso que o presidente ouviu os ministros Carlos França (Relações Exteriores), Ricardo Salles (Meio Ambiente) e Tereza Cristina (Agricultura) para divulgar um manifesto que busque restaurar a combalida imagem do Brasil no contexto internacional.

Artífice da Cúpula de Líderes sobre o Clima, marcada para os dias 22 e 23, o chefe da Casa Branca já emitiu sinais suficientes de que uma carta de intenções não bastará para resgatar o passivo ambiental acumulado pela gestão Bolsonaro desde 2019. No último dia 11, o embaixador norte-americano no Brasil, Todd Chapman, foi direto ao ponto: se o Brasil quiser o apoio dos Estados Unidos para ingressar na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), precisará demonstrar real compromisso com a preservação da Amazônia, o combate às queimadas, o enfrentamento da grilagem de

terras e outras ações fundamentais em favor do meio ambiente. A pressão norte-americana não está restrita à Casa Branca. Um grupo de 16 senadores democratas, entre os quais a estrela Bernie Sanders e o presidente da Comissão de Relações Exteriores, Bob Menendez, exortou o presidente Biden a condicionar qualquer apoio ao governo brasileiro a uma redução inequívoca dos ataques ao patrimônio amazônico.

Convém lembrar que a promessa de uma política ambiental séria, por parte do governo brasileiro, também constitui, ainda que indiretamente, uma sinalização para a União Europeia, outro ator importante no debate global sobre meio ambiente. Permanecem intactas as duras críticas direcionadas por membros pelo bloco econômico à questão amazônica. Áustria e França estão à frente da ala mais insatisfeita com os rumos da gestão ambiental no Brasil. Ambos os países posicionam-se claramente contrários à ratificação do acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul, uma iniciativa cuja negociação durou duas décadas e foi concluída em 2019.

Como se vê, o Brasil ocupa posição desconfortável quando vêm a debate questões globais como sustentabilidade. A carta de Jair Bolsonaro constitui, portanto, uma tentativa de reconstruir a credibilidade brasileira ante a comunidade internacional. Mas há contradições de proporções amazônicas que minam as boas intenções exibidas pelo Palácio do Planalto. E elas apontam para a autoridade de maior responsabilidade sobre a preservação do patrimônio ecológico nacional: Ricardo Salles. O ministro que ganhou notoriedade ao defender a passagem da “boiada” sobre a legislação ambiental voltou aos holofotes em uma situação inusitada, que já provocou desdobramentos políticos e pode ter consequências judiciais. Cheira mal o afastamento do delegado Alexandre Saraiva da superintendência da Polícia Federal no Amazonas, um dia após ele acusar, em notícia-crime enviada ao Supremo Tribunal Federal, o ministro Ricardo Salles e o senador Telmário Mota (Pros-RR) de agirem “no intento de causar obstáculos à investigação de crimes ambientais e de buscar patrocínio de interesses privados e ilegítimos perante a administração pública”. Na queda de braço entre a lei e a política, está em jogo a maior apreensão de madeira ocorrida no Brasil — um abate de 65 mil árvores, cuja legalidade permanece sob suspeita.

Quer os bolsonaristas gostem ou não, pandemia e meio ambiente afetam profundamente a imagem do Brasil no exterior. Ao negligenciar uma atuação inequívoca nessas duas frentes, o governo Bolsonaro deixa o país em posição delicada. Mais do que nunca, é preciso superar a pecha de epicentro global da covid-19 e eldorado de grileiros e promotores de queimadas. Essas tragédias em curso representam enormes óbices para uma melhor inserção do Brasil na comunidade internacional, com evidentes prejuízos de ordem sanitária, ambiental, política e econômica.

PODER

Lucas Furtado solicita ao TCU que analise eventual “ato de gestão ilegal” do ministro a favor de madeireiros clandestinos e determine à Casa Civil a suspensão dele do cargo

Procurador pede o afastamento de Salles

» RENATO SOUZA

O procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Rocha Furtado, pediu, ontem, que a Corte verifique eventual “ato de gestão ilegal” do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, “a favor de supostos criminosos” alvos da Operação Handroanthus – GLO, da Polícia Federal, que fez a maior apreensão de madeira da história (200 mil metros cúbicos). Ele também solicitou ao TCU que determine à Casa Civil o afastamento temporário do ministro. De acordo com Furtado, se permanecer à frente da pasta, ele poderá atrapalhar o andamento das investigações da Polícia Federal.

A solicitação tem como base uma notícia-crime apresentada pelo delegado Alexandre Saraiva, **ex-superintendente** da Polícia Federal no Amazonas, ao Supremo Tribunal Federal (STF). Na peça, o delegado afirma que Salles teria cometido crimes de organização criminosa, obstrução de investigação ambiental e advocacia administrativa ao proteger desmatadores ilegais na floresta. O senador Telmário Mota (Pros-RR) também foi acusado por Saraiva. O parlamentar seria integrante de uma rede de apoio no Poder Executivo para evitar o avanço das diligências contra madeireiros.

De acordo com o delegado, Salles fez diligências e até tentou efetuar perícias para buscar isentar os desmatadores das acusações. Entre os protegidos pelo ministro estaria um desmatador com mais de 20 infrações ambientais na ficha.

O documento diz que Salles, “no âmbito da Operação Handroanthus, mesmo amparado por farta investigação conduzida pela Polícia Federal, isto é, órgão

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press - 29/7/20



O ministro Ricardo Salles alega não haver indícios de ilegalidade na ação dos madeireiros

Exoneração

Depois que enviou a notícia-crime ao STF contra o ministro Ricardo Salles, o delegado Alexandre Saraiva foi exonerado do comando da superintendência do Amazonas pelo diretor-geral da corporação, Paulo Maiurino. O substituto é o delegado Leandro Almada.

de segurança pública vocacionada a produzir investigações imparciais —, resolveu adotar posição totalmente oposta, qual seja, de apoiar os alvos, incluindo, dentre eles, pessoa jurídica com 20 (vinte) Autos de Infração Ambiental registrados, cujos valores

das multas resultam em aproximadamente R\$ 8.372.082,00”.

Com base na notícia-crime, o procurador Lucas Furtado destacou que “a atuação do ministro do Meio Ambiente, na sequência dos acontecimentos, revela um total descolamento das atribuições do cargo que exerce, que deveria se pautar pela defesa do meio ambiente e pela fiscalização de atividades ilegais que resultam em dano ao patrimônio ambiental brasileiro”. “Ao contrário do que se esperava da atuação do ministro, ele vem atuando, segundo narrado na notícia-crime, em defesa dos interesses dos madeireiros que realizaram as extrações ilegais e criminosas.” Ele ressaltou, ainda, que Salles poderia barrar a cobrança de multas dos acusados, gerando prejuízo aos cofres públicos.

De acordo com o procurador, por ser chefe da pasta do Meio Ambiente, Salles tem sob seu poder órgãos de controle ambiental, que estão diretamente relacionados ao caso. Ele pede que o afastamento do ministro se dê até que o TCU analise o mérito do caso.

Pelas redes sociais, Salles alegou que as acusações de Saraiva “são absurdas”. Ele frisou não existir indícios de ilegalidade na ação dos madeireiros e que as áreas exploradas tinham autorização do poder público.

As ações contra Salles, tanto no TCU quanto no Supremo, respingam em todo o governo e prejudicam a imagem do Brasil no exterior, ao mesmo tempo em que o país é pressionado pelos Estados Unidos a adotar medidas contra a degradação da Amazônia.

Mourão defende ministro

O vice-presidente Hamilton Mourão afirmou, ontem, que o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, tem uma visão “economicista da questão do meio ambiente” e “correta das coisas”. Nesta semana, Salles foi alvo de notícia-crime enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF), acusado de agir em favor de investidores na Operação Handroanthus GLO sobre extração ilegal de madeira na Amazônia.

A notícia-crime foi apresentada pelo superintendente da Polícia Federal no Amazonas, Alexandre Saraiva, que acabou exo-

nerado do cargo na quinta-feira. Questionado, Mourão minimizou o episódio, alegando ser assunto da “cozinha interna” da PF. “Eu espero que o próximo superintendente que assuma (a PF do) Amazonas continue a empreender as mesmas ações que o Saraiva vem empreendendo”, disse em conversa com jornalistas na chegada à Vice-Presidência.

Sobre a atuação do ministro, Mourão destacou que o titular do Meio Ambiente é “articulado” e que defende o pagamento ao Brasil pelos serviços ambientais prestados. “Salles é um camarada

extremamente articulado. Ele tem uma visão economicista da questão do meio ambiente”, disse.

“Ele (Salles) coloca que nós, até 2017, capturamos uma quantidade enorme de toneladas de carbono, e isso aí não foi pago. Ainda é uma discussão do artigo sexto do Acordo de Paris. Então, acho que o Ricardo tem uma visão correta das coisas”, opinou Mourão. O pagamento por serviços ambientais foi um dos pontos defendidos pelo presidente Jair Bolsonaro em carta enviada, na quarta-feira, a Joe Biden, presidente dos Estados Unidos.

Salles é um camarada extremamente articulado. Ele tem uma visão economicista da questão do meio ambiente”

Hamilton Mourão, vice-presidente da República

EUA esperam “ações imediatas”

Eric Piermont/AFP



Kerry deseja que compromisso do Brasil “se traduza em resultados”

Os Estados Unidos saudaram a promessa do presidente Jair Bolsonaro de pôr fim ao desmatamento ilegal na Amazônia até 2030, mas pediram “ações imediatas” para alcançar “resultados concretos”. “O fato de o presidente Bolsonaro ter confirmado o compromisso de eliminar o desmatamento ilegal é importante”, disse John Kerry, o enviado especial do presidente americano, Joe Biden, para o clima. “Esperamos uma ação e um diálogo imediatos com as populações indígenas e a sociedade civil para assegurar que esse anúncio se traduza em resultados concretos”, acrescentou em um tuíte.

Bolsonaro enviou, na quinta-feira, uma carta a Biden na qual reiterou seu “compromisso de erradicar o desmatamento ilegal no Brasil até 2030”, responsabilidade que o Brasil assumiu ao assinar o acordo climático de Paris em 2015. O chefe do Planalto frisou que esse objetivo só poderá ser

alcançado “com recursos significativos” e que espera contar com “todo o apoio possível” da comunidade internacional, das empresas e da sociedade civil.

Muito mais próximo do ex-

presidente Donald Trump do que da atual administração democrata nos Estados Unidos, Bolsonaro participou, em 22 e 23 de abril, da cúpula climática virtual liderada por Biden, com cerca de 40

líderes mundiais. Na carta, o mandatário brasileiro deu seu “apoio inequívoco aos esforços realizados” pelo novo presidente americano.

As políticas ambientais do governo Bolsonaro são regularmente criticadas por ambientalistas, que estão particularmente preocupados com os cortes drásticos de orçamento e pessoal em instituições ambientais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama).

Bolsonaro também teve discussões acaloradas com o presidente francês, Emmanuel Macron, quando incêndios florestais devastaram grandes áreas da Amazônia em 2019.

Com Biden, o tom subiu em setembro, durante um debate antes das eleições americanas, quando o então candidato democrata mencionou a possibilidade de sanções econômicas se o desmatamento continuasse aumentando no Brasil.